

**HABEAS CORPUS Nº 548.776 - SP (2019/0357702-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : HAISLAN FILASI BARBOSA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : HAISLAN FILASI BARBOSA - SP351159  
PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA - SP357406  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : L J DE A (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de L J DE A, apontando como autoridade coatora a 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Processo n. 0016818-87.2014.8.26.0664.

Noticiam os autos que o paciente foi condenado à pena de 9 (nove) anos e 6 (seis) meses de reclusão, no regime inicial fechado, como incurso nos artigos 217-A, *caput*, combinado com o artigo 14, inciso II, e 218-A, todos do Código Penal.

Inconformada, a defesa apelou, tendo o recurso sido desprovido.

Após o trânsito em julgado, a defesa ajuizou revisão criminal em favor do réu, pendente de julgamento.

Sustenta o impetrante que o réu respondeu à ação penal em liberdade, fazendo jus a aguardar o julgamento da revisão criminal solto.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedido efeito suspensivo à revisão criminal ajuizada na origem, a fim de que o condenado possa cumprir em regime aberto a reprimenda que lhe foi cominada.

É o relatório.

Compulsando-se os autos, verifica-se que paciente está preso em virtude de sentença transitada em julgado, sendo pacífico neste Sodalício que o simples ajuizamento de revisão criminal não é suficiente para que possa aguardar o julgamento da ação em liberdade, uma vez que tal ação é desprovida de efeito suspensivo.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. NEGATIVA DE AUTORIA. (...) IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. ALEGAÇÃO SUPERADA. PRISÃO DECORRENTE DE CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADA. REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE EFEITO SUSPENSIVO. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. As questões relativas não participação na empreitada criminosa, participação de menor importância e dosimetria da pena foram analisadas nos autos do HC n. 406.863, cuja decisão foi publicada em 1º/8/2018, não havendo como conhecer da nova impetração cujo pedido, partes e causa de pedir são idênticas, tratando-se de mera reiteração de habeas corpus já julgado.*

**2. Não há que se falar em impossibilidade de execução provisória da pena após o esgotamento de recursos nas instâncias ordinárias, pois a segregação do paciente decorre de condenação transitada em julgado, sendo certo que o simples ajuizamento de revisão criminal, recurso que não possui efeito suspensivo, suficiente para assegurar o direito de aguardar o julgamento da revisional em liberdade.**

**3. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no HC 481.440/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/03/2019)

No mesmo norte:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. (...) REVISÃO CRIMINAL. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÕES QUANTO AO MÉRITO DA CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

(...)

**2. Em se tratando de prisão decorrente de sentença condenatória com trânsito em julgado, é impertinente a discussão referente aos requisitos da prisão cautelar previstos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal.**

**3. A propositura de revisão criminal não interfere na regular execução da pena, pois se trata de ação impugnativa que não possui efeito suspensivo.**

(...)

**5. Recurso ordinário desprovido.**

(RHC 103.154/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 12/12/2018)

Com igual orientação:

**AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO PRATICADO CONTRA MENOR DE 14 ANOS EM CONTINUIDADE DELITIVA. CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE LIMINAR NEGADA EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÕES DE NULIDADE. MATÉRIA ANALISADA EM OUTRO WRIT. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

**1. Segundo a pacífica orientação jurisprudencial desta Corte, a ação de revisão criminal não possui efeito suspensivo capaz de impedir a execução de sentença condenatória transitada em**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*julgado. Assim, não se verifica, portanto, manifesta ilegalidade capaz de justificar a superação da Súmula 691/STF, aplicável ao caso por analogia.*

(...)

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 443.586/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator